



EDITORA PERSPECTIVA



É PRECISO SALVAR OS DIREITOS HUMANOS!

José Augusto Lindgren-Alves

Política

12,5 x 22,5 cm

392 páginas

ISBN 978-85-273-1121-2

R\$ 78,00

PREVISÃO DE LANÇAMENTO

5 mar. 2018



DIREITOS HUMANOS, POR QUE SIM?

Desprestigiada, a Declaração dos Direitos Universais do Homem passa atualmente por um teste de resistência ante o desencanto das sociedades civis e procura recuperar a relevância

Diplomata dedicado ao tema dos Direitos Humanos, o embaixador José Augusto Lindgren-Alves vem de há muito debatendo e se contrapondo às vozes que questionam a validade e pertinência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surgidas desde o fim dos anos 1980. Agravados ao longo do tempo, essas questões culminaram, em 2016, num descrédito total e no seu paulatino desaparecimento das pautas governamentais. É o momento em que chavões como “direitos humanos para humanos direitos” e “direitos humanos para quem?” começam a emergir e a tomar conta dos discursos políticos e ganhar adesão popular. O que acontece em nossas sociedades que tornam questionáveis até mesmo o direito à vida e à liberdade da pessoa?

SAIBA MAIS:

Lindgren-Alves é um dos maiores especialistas do mundo na área dos direitos humanos atualmente. Sensível às especulações que criaram o mito de os Direitos Humanos serem um conjunto de normas a proteger bandidos ou legitimar privilégios e proteção a grupos específicos, o autor se municia de argumentos para analisar e refletir sobre o delicado equilíbrio entre a proteção da pessoa humana em situação de perigo ou exclusão e o equilíbrio das sociedades mais organizadas, advertindo contra o sequestro do tema para causas não universais ou para um discurso ultranacionalista e superprotecionista.

TRECHO:

Com parentes e amigos rotineiramente assaltados por adultos, adolescentes e crianças, vizinhos assassinados em ações de latrocínio, conhecidos de todas as classes sequestrados, despojados e feridos, vendo e sentindo de perto a insegurança ubíqua brasileira, era difícil fazer ver aos interlocutores patrícios, numa fase em que ninguém mais acredita em revolução, que o ativismo em direitos humanos atuava também em defesa de seus direitos. Para falar com franqueza, eu próprio começava a ter dúvidas. Ao mal-estar que essa situação me causava, associava-se uma grave irritação com o irrealismo de certos ativistas juntamente com os quais, a rigor, eu trabalhava e ainda trabalho. Renomadas ONGs internacionais, cujas denúncias eu havia apreciado, defendido e louvado contra ditaduras de direita e de esquerda, teciam críticas apriorísticas a quaisquer ações da polícia, em particular na América Latina, sem demonstrarem compreender que a situação atual, transparente e aberta à supervisão internacional, era outra; que as operações não podiam ser comparadas às atividades clandestinas dos anos 1960 a 1980. Pareciam ignorar que, salvo poucas exceções, os governos de hoje, eleitos em sufrágios regulares, não estavam inventando uma “guerra suja” para justificar operações hediondas em nome da “doutrina de segurança nacional”; que, malgrado ocorrências lamentáveis, as ações de combate ao crime são necessárias para proteger a todos, começando pelos mais pobres, habitantes ordeiros de comunidades informais, suas primeiras vítimas. Em qualquer democracia na qual criminosos comuns transformam os cidadãos em presas frequentes indefesas, ou o Estado reconquista o monopólio do uso da força, sem exageros que a tornem ilegítima ou a utopia dos direitos se afigura um disparate, inconcebível para o habitante ordinário. Defender somente minorias quando a totalidade vive acossada é assumir a postura de militantes monotemáticos, compreensível talvez entre eles, mas equivocada e contraproducente num contexto mais amplo. Em situação de descontrole generalizado, em que o Estado não quer ou não pode atender ao essencial, essa postura não ajuda sequer as minorias contempladas, aumentando preconceitos pré-existentes. Erode, por outro lado, a ideia dos direitos humanos, justificados como categoria especial dentro do Direito, por sua universalidade. Esta certamente perde com o acobertamento de discriminações, assim como perde com a aceitação da miséria alheia, de excessos policiais comprovados, assim como da criminalidade incontida.



JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES

é embaixador e membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), em Genebra. Foi Chefe da Divisão das Nações Unidas do Itamaraty (1990-1995), Diretor Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais por ele estabelecido (1995-1996) em Brasília e Cônsul Geral em S. Francisco (1997-2002). Ex-membro da Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias (1994-1997).

LEIA TAMBÉM



OS DIREITOS HUMANOS COMO TEMA GLOBAL

José Augusto Lindgren Alves

Política • 264 páginas
ISBN 9788527300674

R\$62,00



OS DIREITOS HUMANOS NA PÓS-MODERNIDADE

José Augusto Lindgren Alves

Política • 280 páginas
ISBN 9788527307253

R\$ 55,00



O LEGADO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONE SUL

Luis Roniger e Mario Sznajder

Ciências sociais • 432 páginas
ISBN 85-273-0708-1

R\$ 78,00



A POLITIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Benoni Belli

Política • 296 páginas
ISBN 9788527308649

R\$ 55,00